Pessoas ainda usam mais cinco minutos de trânsito por dia

Nasce o maior fundo de investimento em energias renováveis

Os 5 cargos que são a nova aposta de um fundo de R$ 4,4 bilhões

Os bancos que acionou Nunes vetou a diferença que aproximar inflação

Operação contra suspeitos ligados ao PCC mira em 8 estados

Fisco atrasa informações vinculativas e não as publica

ECONOMIA | IMPOSTOS

Todos os pedidos para que o Fisco esclareça de que forma a lei deve ser interpretada numa situação concreta devem ser publicados no site. E o que diz a OCDE, mas há dúvidas e os impostos não param.

A AT chegou por Sonia Borges, de que está a adaptar as suas sistemas para automatizar a publicação das informações vinculativas. Hugo Filipe

Filomena Lança filomenalanca@negocios.pt
Ed. de Jornais | 08.2022 às 21:22

No final de dezembro, a fiscalista Alexandra Coureia, advogada da Abreu, recebeu da Autoridade Tributária e Aduaneira (AT) uma resposta a um pedido de informação vinculativa (IVV) que tinha apresentado em 2018. Era um caso complexo, que envolvia a venda de um estabelecimento de utilização levanta inúmeras questões de natureza fiscal. "Devolveram-me a um tema complicado, mas se fazemos este pedido de informação, é precisamente por serem complicados", adverte a advogada. E "há questões especialmente complexas, nomeadamente quando envolvem outros ordenamentos jurídicos e a forma como interagem com a nossa lei, em que é imprescindível saber como é que a AT se avalia e interpreta", sublinha.

Alexandra Coureia está longe de ser a única fiscalista a questionar se de que forma a lei deve ser interpretada numa situação concreta e a publicar os clientes. "Levam anos a responder", sendo que "a resposta varia de direção para direção. Umas funcionam melhor, como a direção de serviços do IVA, que é a campeã nas respostas e ra sua publicação, outras muito mais lentas quando respondem optam por uma posição mais defensiva o, por vezes, uma qualidade confrangedora, por exemplo, invocando leis já revogadas", afirma, por seu turno, Joaquim Pedro Lampreia, especialista da VDA.

António Gaspar Schwalbach tem experiência idêntica: além de também se queixar da demora, este fiscalista da SLCM junta mais uma acha à fogueira: "Em relação a entidades não residentes que querem investir em Portugal, tenho menos vinte a AT a angariar ou IPV a avaliar – ou a responder."

Mas o que são estes pedidos de informação vinculativa e porque é que a resposta do Fisco é tão importante? Sizendo dirsidas sobre casos é que, numa situação concreta, a AT interpreta e aplica a lei, os contribuintes podem apresentar um IPV e, consoante a resposta que venha a ser dada pelo Fisco, tomar uma decisão sobre o que é que pode ou não fazer. Ou seja, a AT responde a dúvidas que surgem para aqueles contribuintes, mas é uma fonte de informação importante para os outros contribuintes.

Tanto que desde 2015, e de acordo com a Lei Geral Tributária, o Fisco está obrigado a divulgar publicamente todas as informações vinculativas. O Portal das Finanças, que tem uma página especialmente para este efeito, mostra que não é isso que acontece. No IRS, por exemplo, a última informação vinculativa publicada remonta a 30 de abril de 2020; ao de IRC, a última foi publicada a 30 de dezembro de 2020; ao IVA, a 30 de abril; ao Imi, foi publicada apenas uma ao longo de todo o ano de 2020. E no selo fiscais cinco, duas das quais de janeiro de 2021 e outras três em novembro. Na justiça tributária está publicada apenas uma informação vinculativa e só no IVA é que a publicação é de bastante regular. Não DMT e no selo, há a destacar duas publicações de 2021.

Fisco diz que vai automatizar

Mas serão os contribuintes que apresentam, afinal, poucos pedidos de informação vinculativa? Os advogados ouvidos pelo Negócios admitem que dos seus escritórios saem algumas dezenas de pedidos por ano, muito mais do que as respostas publicadas no Portal das Finanças. O Negócios perguntou à AT quantas informações vinculativas foram prestadas em 2020 e pedidos dos contribuintes, mas não obteve resposta. A Direção-Geral do organismo, liderada por Helena Borges, remeteu para alguns exemplos de IVV publicados nos últimos meses, garantindo que têm sido "continuadamente ao longo dos anos a publicar informações vinculativas".

Mas se critica a falta de publicação são recorrentes e em 2022 o então secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, Fernando Rocha Andrade, emitiu um despacho a determinar "a levantamento das informações vinculativas não publicadas agilizando a sua futura publicação", bem como "a publicação de cria em diante de todas as informações vinculativas prestadas".

A AT, afirma agora, quatro anos mais tarde, que "se encontra a adaptar os seus sistemas para automatizar a publicação das informações vinculativas", por essa via, tornar mais célere a respetiva divulgação".

E é de facto importante que o faça, diz Alexandra Coureia. A advogada assume que não dá uma opinião a um cliente sem previamente verificar se IPV que obrigam a alterações a estruturas ou a contratos, porque tinha sido feita uma interpretação e depois verifica – se que a AT tinha outra diferente", descreve.

De facto, o que esteve na gênese da obrigatoriedade de publicação, decisão do secretário de Estado da altura, Amaral Tomás, era garantir uma aplicação mais consistente das regras por parte do Fisco, cuja atuação passava a ser diretamente escrutinada pelos contribuintes e eliminar suspeitas de tratamentos desiguais. O maior exclusivo contribuintes contribuintes também para reduzir as fontes de litigância.

Com a complexidade das questões fiscais, sobretudo internacionais, o número de IVV tem vindo a crescer. "Os contribuintes procuram mais", adianta Joaquim Pedro Lampreia. Porque, acrescenta Alexandra Coureia, "interessa aos contribuintes ter certeza jurídica, para planear as suas vidas e os seus investimentos. E quando estamos a falar de entidades internacionais ou de investimentos no estrangeiro é menos muito importante saber como é que a AT interpreta determinadas normas". E o que se passa com as leis não publicadas? Há boas de dados usadas pelos fiscalistas que procuram suprir a falha, mas muitas vezes chegam a ela apenas porque passam palavra um aos outros, recordeve António Gaspar. "O que temos visto a assistir é o Fisco a querer ter acesso a toda a informação, mas depois recusar-se cada vez mais a publicar informação, mesmo aquela que produz, lamenta o fiscalista.

> **Lei admite urgência, Fisco pode esquivar-se**
>
> Desde 2005 que a lei manda publicar as informações vinculativas. E a Autoridade Tributária e Aduaneira (AT) tem vindo a cumprir, mas não pode alegar especial complexidade para não o fazer.
>
> PRAZOS DE 150 DIAS PARA RESPONDER
>
> Os pedidos de informação vinculativa devem ser acompanhados de uma descrição da ação ou omissão e dos documentos comprovativos que permitam a troca de informação com os fiscais de outros Estados-membros (ECIE), se for o caso. A AT tem 150 dias para responder, mas não há penalização se não o fizer.
>
> CONTRIBUINTES PODE ALEGAR URGÊNCIA...
>
> O pedido pode ser feito como carácter de urgência, mas nesse caso o contribuinte está de apresentar logo uma proposta de enquadramento jurídico-tributário. Se a AT não cumprir o prazo, o pedido é tido como deferimento tácito e permitem a posição dada à partida pelo contribuinte. Mas a urgência cessa entre 1 julho e 31 setembro.
>
> ...E A AT PODE RECUSAR
>
> O Fisco tem 30 dias para informar o contribuinte se aceita ou não a urgência, sugerindo ou fixando, se recusar o frequente. Pode ser recusada se o pedido não for claro, se não estiver devidamente identificado e urgência, ou por o tema ter especial complexidade técnica.
>
> PUBLICAÇÃO OBRIGATÓRIA
>
> A AT tem de publicar o teor das consultas que tenha as informações vinculativas e a versão não confidencial no prazo de 30 dias que outras entidades lhe solicitarem. Se informação pessoal do contribuinte. Um despacho de 2022 do secretário de Estado dos Assuntos Fiscais determinou que publicar em identificada, mas não deve obrigar à publicação. "Ainda que a publicação de informações vinculativas e não tem causa os princípios da igualdade e liberdade e da transparência".

> *A lei fala em 150 dias de prazo para a Autoridade Tributária responder, mas isso não acontece. E, entretanto, ficamos numa zona cinzenta que pode demorar anos.*
>
> ALEXANDRA COUREIA
> Fiscalista da Abreu

> *Os temas que se submetem são de facto complexos. Tive a ver com empresários, estrangeiros que tem rendimentos em Portugal, rendimentos vindos de outros países, "trusts"... Os serviços fala AT não deram esse sabo. Tive muita dificuldade em responder e a qualidade das respostas por vezes é confrangedora.*
>
> JOAQUIM PEDRO LAMPREIA
> Fiscalista da VDA

> *O que temos vindo a assistir é o Fisco a querer ter acesso a toda a informação, mas depois recusar-se cada vez mais a publicar informação, mesmo aquela que produz.*
>
> ANTÓNIO GASPAR SCHWALBACH
> Fiscalista da SLCM

0 COMENTÁRIOS

SABER MAIS

Autoridade Tributária e Aduaneira

Obrigado por aceitar o nosso jornalismo.

No Negócios temos como missão disponibilizar informação essencial a fazer, ainda e relevante. E se a batalha pela veracidade é uma responsabilidade que nos cabe, nos sentimos engajadamente acima e especialmente de continuamente a melhorar o nosso jornal depende cada vez mais do investimento de leitor. Agradecemos a sua confiança. Vamos continuar a trabalhar para a merecerem.

NEGÓCIOS PREMIUM

"A inflação nos EUA é mais persistente do que na Zona Euro", diz Jair Dietto
EFE | Economia

O papel do 5G nos seguros
EFE | Mapfre | Economia

Bernanke pela terceira Martins sobe as previsões para aprovertar inflação
EFE | Mapfre | Lucro de Mapfre

É preciso limpar a imagem da Bonifica
Rádio Clube

Goldman Sachs: Previsão de crescimento económico global é "pessimista"
EFE | Economia | Goldman Sachs

Q 2012: uma janela de oportunidade para a mudança
Ver Indicadores Sonae

O NEGÓCIOS RECOMENDA

Recebeu dinheiro pelo Natal? Saiba o que comprar ao Fisco
EFE | Finanças | Fisco

Este é o carro de cabelo que será tendência em 2022
EFE | Mercado | Carros

Jerónimo de Sousa operado de urgência a problemas cardíacos. Ofereceu a João Ferreira na campanha eleitoral
EFE | Lisboa

IRS: Aigregado familiar tem de ser comunicado até 15 de fevereiro
EFE | Finanças | Lucro

João Lourenço é o arro das estratégias angolan
EFE | Cabo Ridge

Greenwell entra nos Estados Unidos com aquisição da Oak Creek Energy Systems
EFE | Ver Indicadores

OUTRAS NOTÍCIAS COFINA

O gatuno que roubou a mulher do banqueiro João Rendeiro...
Jornal de Notícias

Luís Filipe Vieira sentado ao lado de Rosa Fredericia Varandas através de Sasse Cortes
Jornal de Notícias

João Rua, o maiorete de Alfredo Maia que foi dominatrix e domarcisa e de morrão nas redes sociais
Jornal de Notícias

Carme Nolga Strenner: "Sou mulher solteira e sem filhos"
Jornal de Notícias

O trauma infantil de Cristiano Ronaldo e carnaço
Jornal de Notícias

A receita para ficar rico: conselhos de empresários mais ricos do planeta
Jornal de Notícias

Este é o carro de cabelo que será tendência em 2022
Jornal de Notícias

Anuncio de off-road ? Ferrari Portofino ou Alpha Saga Estate
Jornal de Notícias

PODE GOSTAR DE LER

Camilo Mortágua, antifascistas e por de deputados do BE, localizado em Castelo Branco
Jornal de Notícias

3 quarto, 1, wc, 40 m2.
Jornal de Notícias

?Muther jé membrúsus 37 milhões ans consumidores. Programa termina amanhã
Jornal de Notícias

Compre online com segurança, confiança e novo selo da DECO PROTESTE , Lojz Online Aprovada
Jornal de Notícias

Airbus mantém liderança no fabrico de aeronaves de passageiros em 2021
Jornal de Notícias

Melhorc ao suas vendas online, confiança e novo selo da DECO PROTESTE Lojz Online Aprovada
Jornal de Notícias

Conta-corrente entre contribuintes e Estado em vigor a 1 de julho
Jornal de Notícias

Carteira ajudou a pagar a conta da luz
Jornal de Notícias

Marcelo promulgar manutenção das contribuições extraordinárias em 2022
Jornal de Notícias

Trabalhar

PODE GOSTAR DE LER

?Muther jé membrúsus 37 milhões ans consumidores. Programa termina amanhã
Jornal de Notícias

É oficial: valor mínimo de IMI a pagar por habitação sobe para 509 euros a 1 de janeiro
Jornal de Notícias

Compre online com segurança, confiança e novo selo da DECO PROTESTE , Lojz Online Aprovada
Jornal de Notícias

Marcelo promulgar manutenção das contribuições extraordinárias em 2022
Jornal de Notícias

Carteira ajudou a pagar a conta da luz
Jornal de Notícias

Conta-corrente entre contribuintes e Estado em vigor a 1 de julho
Jornal de Notícias

Bruxelas aperta cerco às grandes multinacionais
Jornal de Notícias

Trabalhar

PODE GOSTAR DE LER

BCP terá de comprir requisitos de capital e passivos elegíveis de 27,29% em 2024
Jornal de Notícias

?Muther jé membrúsus 37 milhões ans consumidores. Programa termina amanhã
Jornal de Notícias

Airbus mantém liderança no fabrico de aeronaves de passageiros em 2021
Jornal de Notícias

Carteira ajudou a pagar a conta da luz
Jornal de Notícias

Compre online com segurança, confiança e novo selo da DECO PROTESTE , Lojz Online Aprovada
Jornal de Notícias

Melhorc ao suas vendas online, confiança e novo selo da DECO PROTESTE Lojz Online Aprovada
Jornal de Notícias

Marcelo promulgar manutenção das contribuições extraordinárias em 2022
Jornal de Notícias

Marcelo, presidente do Parlamento Europeu, David Sassoli
Jornal de Notícias

Conta-corrente entre contribuintes e Estado em vigor a 1 de julho
Jornal de Notícias

Compre online com segurança, confiança e novo selo da DECO PROTESTE , Lojz Online Aprovada
Jornal de Notícias

Trabalhar

Subscreva a Newsletter Sua Semana por email.
Exemplo
Receba semanalmente
Agenda da semana, notícias, eventos, conteúdos exclusivos e um dia útil, com os melhores que chegam da redação.
Insira o seu endereço de e-mail
Inscreva-se
Escolha a(s) newsletter(s) que pretende receber
Notícias do Dia
Notícias da Semana
Notícias do Fim-de-Semana
Notícias Exclusivas
Notícias Sociais
Notícias Culturais
Notícias Desportivas
Notícias Tecnologia
Notícias Ciência
Notícias Saúde
Notícias Gastronomia
Notícias Moda
Notícias Decoração
Notícias Jardim
Notícias Viagens
Notícias Carros
Notícias Imobiliário
Notícias Mundo
Notícias Portugal
Notícias Lisboa
Notícias Porto
Notícias Algarve
Notícias Ilhas
Notícias Alentejo
Notícias Coimbra
Notícias Leiria
Notícias Aveiro
Notícias Braga
Notícias Vila Real
Notícias Bragança
Notícias Viseu
Notícias Guarda
Notícias Castelo Branco
Notícias Portalegre
Notícias Évora
Notícias Beja
Notícias Faro
Notícias Madeira
Notícias Açores
Notícias Internacionais
Notícias Europa
Notícias Ásia
Notícias Africa
Notícias Brasil
Notícias Angola
Notícias Moçambique
Notícias Cabo Verde
Notícias Guiné-Bissau
Notícias São Tomé e Príncipe
Notícias Timor-Leste
Notícias Macau
Notícias Goa
Notícias Divers